

PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: UMA ANÁLISE DE SUA SUSTENTABILIDADE

Héllen Caroline Gozzo, Capivari / SP¹

Bruno Sentinello Naliati. Jundiaí / SP²

Bruna de Castro Mendes. Itu/SP³

RESUMO

Nos últimos anos, o turismo vem sendo estudado pelo seu potencial gerador de emprego e renda, como também pelo seu potencial de desarticular ações e beneficiar pequenos grupos. Porém, percebe-se que outras discussões ganharam espaço nos debates acadêmicos, enfatizando-se o conceito de sustentabilidade, termo que vem sendo utilizado, sem entender sua total complexidade. Diante desse cenário, objetivou-se analisar um dos principais parques nacionais brasileiros, o de Lençóis Maranhenses, sob a perspectiva da sustentabilidade, pautando-se em uma pesquisa bibliográfica e documental. Percebe-se que, apesar das diversas ações educativas, ainda não se pode considerar que a atividade turística realizada nessa localidade seja sustentável como é divulgado, necessitando de ações mais efetivas e de estudos mais aprofundados para tal.

Palavras-chave: Turismo. Sustentabilidade. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

¹ Graduanda no curso de Turismo do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP – Itu, SP). E-mail: He_caroline@hotmail.com

² Graduando no curso de Turismo do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP – Itu, SP). E-mail: bsnaliati@gmail.com

³ Mestre em Hospitalidade (UAM), Pós-graduada em Administração (FGV) e Gestão Mercadológica do Turismo (USP). Docente dos cursos de Turismo e Gastronomia do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP – Itu, SP). E-mail: mendesbruna@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A discussão da sustentabilidade incorporou-se ao debate do turismo, entendendo-o como um fenômeno complexo que gradualmente passa a incorporar novos olhares de planejamento, como resultado de seu potencial gerador de emprego e renda, aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais e mecanismo para inclusão e

A ampliação dessa discussão decorre de uma mudança do perfil do consumidor, que deixa de ser ostentatório, baseado apenas na busca de roteiros clássicos, para uma busca de realização interior, enfatizando-se o meio ambiente e à compreensão da cultura e da história de outros lugares, percorrendo-se roteiros não visitados ou elaborando seus próprios itinerários (AVIGHI, 2000, p.102).

Em busca destes turistas as localidades utilizam-se da afirmação das singularidades como marcas de diferenciação para estimular a visita, produzindo representações globalizadas que são difundidas pelos meios de comunicação (AVIGHI, 2000). Acredita-se que essa é a busca do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), ao divulgar o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), localizado a 260 km da capital São Luís, junto ao público exterior, enfatizando-o como um dos principais atrativos naturais de todo o Brasil.

O Instituto aproveita-se do fato de que, nos últimos anos, conforme destaca Gazoni (et al. 2006), é

possível perceber o aumento da demanda por espaços naturais por motivo de recreação, aumentando a pressão sobre áreas protegidas especificamente sobre algumas categorias de Unidades de Conservação da Natureza, entre elas os Parques Nacionais, surgindo um tipo de atividade turística que trará consequências para a localidade em questão, devendo-se analisar se os resultados serão benéficos ou maléficos em sua totalidade.

Abrangendo uma área com mais de 155 mil hectares, o parque reúne uma variedade de ecossistemas, compostos por 70 km de praias de areia branca, lagoas naturais de água doce, dunas, rios, e, trechos de mangue, além de contar com uma rica biodiversidade da fauna brasileira, reunindo animais tradicionais, que vão desde os macacos-prego, e, os papagaios imperiais, até, os ilustres jacarés do papo-amarelo, e, os belíssimos botos cinzentos (CARVALHO, 2004).

A partir dessa seleção, objetivou-se com o estudo analisar as práticas de sustentabilidade que ocorrem dentro do Parque, definindo-se a pesquisa como exploratória, utilizando de pesquisas bibliográficas e documentais para a construção teórica do estudo, tornando-a uma etapa inicial de um trabalho mais completo que continua a ser desenvolvido pelos pesquisadores. Para tanto, tornou-se necessário definir a compreensão considerada acerca do termo 'turismo sustentável', para, posteriormente, avaliar o objeto de estudo em

questão, selecionado a partir de experiências empíricas de um dos pesquisadores.

TURISMO SUSTENTÁVEL

As discussões acerca do termo 'sustentabilidade' tornaram-se frequentes nos últimos anos, principalmente após o seu uso desqualificado em alguns estudos e discursos. Para o presente estudo, partiu-se da definição fornecida pelo Relatório de Brundtland (1997 apud HASWANI, 2011) que entende o termo como "suprir as necessidades das gerações presentes sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas".

Unindo esse conceito ao turismo, poder-se-ia falar em um turismo sustentável, quando este está vinculado à preservação dos atrativos, preocupando-se com o impacto gerado pelos turistas. Porém, delimitar essa terminologia apenas a esse tipo de cuidado, englobar-se-ia apenas uma parcela da real dimensão deste conceito, já que se acredita que se deve envolver, também, a análise e preocupação da relação entre comunidade local, comunidade agregada – turistas-, e o meio, de forma que todos os interesses sejam aliados para a manutenção e melhoria do estado atual do campo em questão.

Nesse sentido, para que se possa falar em um turismo sustentável, é preciso estabelecer uma relação harmoniosa entre o meio ambiente, o meio urbano, a comunidade local, os

turistas, os profissionais capacitados da área, tudo aliado ao processo de conscientização social e ambiental, fatores esses interpretados como determinantes para a prática de um turismo sustentável.

Ampliando a visão desse setor, entretanto, para algo mais real, acredita-se que a definição desenvolvida pelo Acordo de Mohonk (2000 apud INSTITUTO ECO BRASIL, 2011) seja a mais indicada atualmente, entendendo o termo como "aquele que busca minimizar os impactos ambientais, socioculturais, ao mesmo tempo que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países)". A única ressalva refere-se ao caráter unicamente econômico destacado nesse acordo, pois acredita que existam outros tipos de benefícios, como culturais e educacionais, por exemplo.

Apesar das diversas definições acerca do termo encontradas (muitas não apresentadas nessa primeira etapa), sabe-se que há uma dificuldade e um debate crescente sobre a real existência de uma sustentabilidade no turismo. Para tanto, definiu-se como significado base para a análise do objeto de estudo escolhido que o turismo sustentável é um conceito para o desenvolvimento e manutenção da atividade turística, visando a preservação patrimonial da identidade humana e dos recursos que tornam sua existência possível, de forma que os mesmos possam vir a ser aproveitados pelas gerações

futuras com perdas mínimas quando comparado ao estado atual.

PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses possui um relevo formado por diferentes características. Enquanto a oeste predominam as chamadas “rias” (vales de rios afogados), com formação de praias, manguezais, restingas e pequenas falésias, a leste, por sua vez predominam as formações arenosas e a área de dunas que formam os chamados “lençóis” (CARVALHO, 2004)

Há uma estimativa que estas dunas teriam se formado em torno de dez milhões de anos, sendo que hoje abrangem uma área de 50 km em relação a costa, chegando a uma altura de até 40 metros em relação ao solo. Já as lagoas de água cristalina são formadas pela pressão subterrânea feita principalmente pelo Rio Parnaíba em lençóis freáticos, localizados por todo o Estado (CARVALHO, 2004).

Em todo o Parque, a vegetação é praticamente inexistente, exceto as áreas dos manguezais, de extensão pequena, ligada aos solos de várzea, acompanhando principalmente o curso e braços de rios. Apesar disso, o destaque principal recai sobre sua vasta área hidrográfica na qual estão inseridos o Rio Parnaíba e o Rio das Preguiças.

O Rio Parnaíba também conhecido como o “velho monge” é um rio que banha os Estados do Maranhão e

Piauí, de extrema importância para a economia local, com alta potencialidade de recursos naturais, sendo muito utilizado para a prática da pesca, navegação, abastecimento de cidades, e, principalmente, para o uso de usinas hidrelétricas. Já o Rio das Preguiças é o principal rio que abastece o município de Barreirinhas, sendo o responsável pela alta fertilidade do solo nas áreas de mangue, estendendo-se por cerca de 160 km (nascendo no município de Anapurus e desaguando no mar entre os povoados de Atins e Caburé). Recebeu este nome pelo elevado número de preguiças que eram encontradas descansando em suas margens a cerca de várias décadas, o mesmo, e seus afluentes são utilizados para o descolamento de embarcações de pequeno porte tanto para a pesca como para o turismo (CARVALHO, 2004; CARVALHO 2005).

O desenvolvimento da atividade turística na localidade, diferentemente do que se espera, não está unicamente ligado ao contexto natural privilegiado na região. Apesar do principal atrativo ser a região dos Grandes Lagos, destacando-se a prática de esportes radicais, como a prática do mergulho, flutuação e corridas de dunas, é possível destacar, também, o turismo gastronômico, baseado no preparo de peixes e frutos do mar; o turismo de base comunitária, com vivência da prática da pesca, com os pescadores locais junto ao rio das Preguiças; além do Ecoturismo, que privilegia os passeios em torno do Parque, tais como trilhas, passeios de barco,

passeios de jangada, como também o safári noturno que visa a observação da fauna local em meio ao seu habitat natural.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PARQUE NACIONAL

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985 de 18 de Julho de 2000, é um veículo classificador para as áreas de grande incidência ambiental dentro do Brasil, cuja principal finalidade é categorizar os Patrimônios Naturais do país, de acordo com sua potencialidade de recursos, seu grau de beleza cênica, a incidência humana nas dependências da localidade, e, a biodiversidade para o estudo científico. Para essa categorização, há duas modalidades existentes. A primeira refere-se às 'Unidades de Proteção Integral', enquanto a segunda categoria envolve as 'Unidades de Uso Sustentável'. Considerando a divisão supracitada, constata-se que o Parque pertence à primeira categoria, entendendo que o local deve ser responsável pela "preservação de ecossistemas naturais, de grande relevância ecológica, e, de grande beleza cênica" (SNUC, 2011). Contudo, esse sistema de classificação torna-se confuso ao se verificar e analisar a quantidade de critérios que se utilizam para determinar a modalidade de determinado local. A indicação do sistema é que cada Patrimônio Natural, dentro do território nacional, deve-se enquadrar apenas em uma classificação dentro

de uma única modalidades, agregando-se de acordo com aquela que apresentar o maior número de elementos compatíveis.

Analisando-se os critérios estabelecidos, poder-se-ia enquadrar a área dos Lençóis Maranhenses, também com a terminologia de "Reserva Extrativista", pertencente à modalidade de "Unidades de Uso Sustentável", entendendo pelo termo a "conservação de áreas de grande relevância ambiental, que venha a contar, com a presença de comunidade local, e, com a utilização da área pela mesma para extrativismo de baixo impacto" (SNUC, 2011). Essa confusão decorre do fato de que dentro do perímetro territorial do polo, encontram-se afixados pequenos vilarejos, que fazem a extração de matérias-primas para sua economia de subsistência, sendo eles: Caburé, Mandacaru, Vassouras e Atins, sendo que ao mesmo tempo fornecem recursos materiais para os municípios localizados em seu entorno como: Barreirinhas, Humberto de Campos, Santo Amaro e Primeira Cruz.

Portanto, qual seria a classificação ideal para a localidade? Acredita-se que o título de reserva extrativista seria o mais adequado, quando considerado apenas a vertente de polo ambiental, único e auto independente. Porém, como sua manutenção depende de fatores terciários como a presença da atividade turística, a terminologia de "Parque Nacional" torna-se a mais adequada, inicialmente pela

atratividade da nomenclatura, posteriormente pela incidência humana de grande proporção dentro do Estado com descolamento para a localidade, e, por fim, levando-se em consideração a questão do grau de suas “Belezas cênicas”.

Continuando com a análise proposta, a administração do parque o classifica como referencial de ecoturismo e modelo de desenvolvimento sustentável no país. Entretanto, o mesmo possui sérios problemas quanto a manutenção de seus recursos e atrativos naturais, dos quais pode-se destacar: a ausência do estudo de capacidade de carga local; a presença do turismo de massa; a extração de cobertura vegetal nas áreas próximas aos vilarejos (em geral nas margens dos rios); a quebra do ciclo reprodutivo de diversas espécies da fauna local, além da contaminação dos recursos hidrográficos que abastecem o parque; fatores esses que poderão ocasionar no esgotamento da principal riqueza natural do parque, que é provida pelo lençol freático principal, e, pela sua conectividade com os lençóis freáticos superficiais (CARVALHO, 2005).

Atualmente, os mesmos já manifestam alguns efeitos de deterioração, facilmente analisados através da medição do nível e volume das águas das lagoas naturais, levando-se em consideração dados estatísticos dos anos anteriores, e, também, através da visualização da coloração das águas que deixam de ser cristalinas com tons (reflexos) puxando a

coloração azul e verde, e, adquirindo uma coloração mais arenosa com tonalidades marrons e amarelas. Como exemplo podemos citar a “Lagoa da Lua”, uma das mais belas e que mais apresenta sinais de deterioração no parque (CARVALHO, 2004).

ANÁLISE AMBIENTAL DO PARQUE NACIONAL

Destaca-se a ausência de um estudo sobre a capacidade de carga dos Lençóis Freáticos, o qual determinaria o número máximo de incidência humana no local, o que poderia prevenir o rompimento do ciclo de ligação entre os lençóis freáticos superficiais e o lençol freático principal. Além disso, enfatizam-se os problemas geográficos da localidade tais como desmatamento da cobertura vegetal, aumento do índice de contaminação de áreas hidrográficas por resíduos humanos, aspectos que podem contribuir para a presença de chuva ácida, lixiviação e degradação do solo (CARVALHO, 2004).

Já o Rio das Preguiças sofre com a poluição ocasionada pela alta incidência de barcos em seu curso, pela retirada da cobertura vegetal de sua margem dificultando assim a oxigenação da água e quebrando os ciclos reprodutivos dos animais nativos. Reforça-se, também, a preocupação com o encontro de suas águas com o mar, pois se um dos dois sofrer contaminação, ou acúmulo de poluentes ambos podem

vir a ser prejudicados (CARVALHO, 2005).

O desmatamento da cobertura vegetal agride de forma direta a fauna e a flora nativa, pois há extração predatória e falta de tempo para a regeneração da natureza. Com a demanda de massa a população local modifica seus costumes de maneira a suprir as expectativas dos turistas na localidade além de sofrerem com problemas de índole financeira devido ao aumento do custo dos produtos na localidade, e, a necessidade de adequação de suas estruturas.

Esses principais desgastes, sem querer apontar culpados pela situação, decorrem de aspectos já estudados por pesquisadores da área. O setor imobiliário está vinculado ao aumento da demanda e a necessidade de estruturação em espaços antes ocupados por cobertura vegetal. O aumento do fluxo turístico e a necessidade de infraestrutura de apoio para o

desenvolvimento da atividade atraem um maior número de investimentos por parte de empresas de caráter nacional e internacional, que buscam locais para implantação de suas filiais havendo carência de área livre na localidade.

O crescimento do turismo, sem uma análise completa, pode-se tornar predatório, ou seja, a presença de um nº elevado de turistas, durante um mesmo período de tempo, e a necessidade de suprir as necessidades desse público, geram problemas principalmente voltadas pela carência de infraestrutura de apoio básica, causando aumento no índice de poluição ambiental, pelo acúmulo de dejetos e resíduos químicos e fisiológicos, pelo aumento da pressão sobre o solo devido à inexistência de controle do nº de visitantes, e pela quebra de ecossistemas devido à perturbação do habitat natural pela incidência humana.

Quadro 01: Crescimento da oferta hoteleira

Análise	1991	2002	2010	Detalhe
Afluência de turistas	-----	600.195	1.069.50	-----
Nº de MDH's ⁴	-----	12 pousadas	65 pousadas	61 pousadas 03 hotéis 01 resorts
Nº de MDA's ⁵	02 restaurantes	08 restaurantes	25 restaurantes	-----

Fonte: Carvalho (2004).

⁴ Meios de Hospedagem

⁵ Meios de Alimentação

Outro aspecto preocupante é a mudança de comportamento habitual da comunidade local, que passa a praticar atividades em uma maior proporção, como por exemplo a pesca, a extração de material

(madeira) para a confecção de barcos, debilitando o ecossistema a seu entorno; além da necessidade de desmatamento para ampliação de suas estruturas de serviços.

Quadro 02: Crescimento Populacional e da Concentração Turística

Análise	1991	2002	2010	Detalhes
Crescimento Populacional	26.640	44.531	54.991	Taxas de 3,8% ao ano
Expansão Territorial(Imobiliária)	979,17 km ²	2.131 km ²	3.111km ²	-----
Concentração Turística	-----	40%	85%	Taxa de 5% ao ano

Fonte: Carvalho (2004).

Para evitar uma deterioração irreversível da localidade, é necessário implantar uma série de medidas preventivas de caráter sustentável para tentar diminuir o dano atual e aumentar o tempo disponível necessário para a recuperação natural dos ecossistemas envolvidos, dentre elas destacam-se:

- Estipulação de número de turistas diários, para a entrada no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM).
- Proibição de veículos de médio e grande porte sobre a área de dunas.
- Proibição de alimentação em meio às dependências do Parque – controle do lixo.

- Entrada nas lagoas, com o corpo livre de produtos químicos, maquiagem e etc.
- Isolação de áreas para formação de Reserva da vida Silvestre.
- Rotatividade de trilhas.
- Visitação aberta ao público, com presença de guia ou monitor do próprio parque, etc.

Entretanto, essas medidas sozinhas não diminuirão a incidência negativa exposta a área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), sendo necessário também o auxílio governamental, a integração de investimentos de iniciativa privada e o apoio da comunidade local para reintegrar a qualidade em todo pólio turístico. Com esse objetivo, pode-se indicar a necessidade de lançar um

Plano Integral do Turismo; unificar e criar um Circuito Turístico entre os municípios locais; desenvolver parcerias com empresas privadas para preservação dos recursos naturais; investir na área de infraestrutura básica e turística, no município de Barreirinhas; além de criar cursos de capacitação e educação ambiental, gratuita a população local (CARVALHO, 2005⁶).

O Plano Integral do Turismo tem como principal função, regularizar a incidência turística dentro do polo ambiental dos Lençóis Maranhenses, de forma a organizar a atividade, e, possibilitar que a localidade, tal como seus moradores, sofram o menor desgaste possível, estabelecendo uma relação harmoniosa entre a expansão urbana, a conservação ambiental, a comunidade receptora, e, os turistas. Dentre suas funções, destaca-se a elaboração de estudos de demanda, a análise de mercado, a definição e estruturação da oferta local, o estudo sobre a capacidade de carga tanto ambiental como urbana, a análise ambiental, geográfica e topográfica, a criação de normas e leis para o bom funcionamento da atividade turística, e a criação de medidas preventivas para a proteção da integridade e identidade local.

O Circuito Turístico, de forma generalizada, tem como principal objetivo encorajar os municípios de Barreirinhas, Humberto de Campos,

Santo Amaro, e, Primeira a integração e cooperação. Cruz, com, os demais vilarejos isolados dentro da área do polo ambiental (vilarejos de Caburé, Mandacaru, Atins e Vassouras), de forma que seja possível a elaboração de um roteiro socioambiental por toda a localidade, sendo estimulado a criação e revitalização de vias de acesso conectivas aos mesmos, estimule-se a qualidade e a proporção da infraestrutura básica e turística, e, que cada município perca o caráter de concorrente, ou seja, todos lucrarão juntos e em partes iguais.

As Parcerias com a Iniciativa Privada estimulariam o desenvolvimento urbano e melhorar a qualidade de vida e as oportunidades de trabalho local são a chave para esta medida.

Tomando-se por referencial o patrimônio ambiental do polo turístico, é possível atrair a entrada de capital de índole nacional e estrangeira, através da inserção de filiais de serviços nas localidades ao entorno do parque, estimulando a criação de cargos e vagas trabalhistas, fomentando a condição econômica da cidade, e consequentemente fazendo a proteção da área ambiental, já que a mesma é a matéria-prima para o sucesso deste processo de desenvolvimento

Os Investimentos de Infraestrutura poderiam ocorrer posteriormente, porém, deveriam ser contemplados um melhor sistema de canalização e depósito para a rede de esgotos, fazendo com que as mesmas não contaminem os lençóis freáticos ou

⁶ Para que o leitor possa entender as propostas, elaborou-se uma breve explicação das mesmas baseado na mesma referência – CARVALHO, 2005.

ainda causem danos a saúde humana, estimular o uso de fontes de energia alternativas como a solar, ou, a provida por catalisadores de vento (já que a área possui fortes correntes de ar, que captadas no ângulo certo poderiam vir a produzir energia para suprir pelo menos 40% da necessidade urbana local), investir na recuperação e inserção de vias asfaltadas nas dependências de acesso ao parque e aos municípios, introduzir centros de saúde ou hospitais de maior porte e com maior variedade de recursos dentro de uma localidade estratégica.

Já a Educação Ambiental tem como foco, incentivar a criação de um centro para formação gratuita a nível técnico-profissionalizante aos moradores locais, com cursos voltados a área de serviços, e, sobre tudo com um forte apelo ambiental. Em razão do turismo ser a principal atividade econômica predominante, deve-se investir na parceria com a população local, considerando as observações de Ruschmann (1997) de que a educação deverá ser “desenvolvida por meio de programas não-formais, chamando o “cidadão-turista”, a uma participação consciente na proteção do meio ambiente, não apenas durante suas férias, mas também no cotidiano, no local de residência permanente”.

Acredita-se que a introdução dessa educação ambiental terá como consequências primárias a diminuição dos impactos negativos e um aumento dos impactos positivos que se reverterão na forma de benefícios para o ambiente, o

governo e, principalmente para a comunidade local.

Como aspectos positivos almejados, destacam-se os citados por Ruschmann (1997), como a minimização dos custos, e, a maximização dos benefícios socioeconômicos; a minimização da degradação dos locais e recursos sobre qual o turismo se estrutura; a Proteção integral dos recursos únicos; garantir que a imagem da destinação se relacione com a proteção ambiental e a qualidade dos serviços prestados; evitar deficiências ou congestionamentos onerosos por meio de uma determinação cuidadosa das fases do desenvolvimento; coordenar o turismo com outras atividades econômicas, integrando seu desenvolvimento aos planos econômicos e físicos; coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo; cientificar as implicações de planejamento turístico-urbano, turístico-ambiental; atrair financiamentos nacionais ou internacionais, e assistência técnica para o desenvolvimento do turismo e a preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve um caráter exploratório com o objetivo principal de identificar os termos mais utilizados ao campo da sustentabilidade, aplicando-o à área do turismo, utilizando como base um dos principais Parques do Brasil. Considerou-se esse o primeiro passo de estudantes que visam trabalhar

com a área de pesquisa no futuro, sendo esse artigo um norteador para futuros estudos.

Percebeu-se a amplitude dos estudos e termos associados ao turismo sustentável, sendo que, em muitos casos, encontram-se definições muito genéricas visando apenas garantir “as condições atuais para as gerações futuras”, sendo poucas sugestões de real aplicabilidade ao campo do turismo. No decorrer do levantamento bibliográfico, deparou-se com duas interessantes pesquisas que nortearam as decisões e a visão da sustentabilidade aplicada ao Parque dos Lençóis Maranhenses.

Se analisarmos separadamente as definições que compõem o termo “Turismo Sustentável”, torna-se possível detectar que isoladamente os termos não colidem entre si, porém, juntos, integram um significado de valor potencial para o desenvolvimento da atividade turística, e, para o bem estar social de uma determinada localidade.

Segundo a Organização Mundial Do Turismo (OMT), o turismo: “engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outros fins”.

Enquanto, o termo “Sustentabilidade”, é definido como a forma de “Suprir as necessidades das gerações presentes sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas”, segundo o Relatório de Brundtland (1997).

A união desses termos, há uma primeira vista, sugere a ideia, de que turismo sustentável vincula-se apenas a preservação dos atrativos, dentro de destinos turísticos, e, que seus impactos são causados exclusivamente por turistas.

Esta ideia não está totalmente equivocada, mas isoladamente comporta apenas um terço da real dimensão deste conceito, se analisarmos como um todo, será possível visualizar que a qualidade patrimonial de uma localidade turística poderá ser mantida enquanto houver harmonia na relação entre a comunidade local, e, a comunidade agregada (turistas), de forma que ambas caminhem juntas para o bem estar geral.

Mas para que isso ocorra, é necessário a inserção de um veículo transmissor, que possibilite a captação de informações para estimular a construção de uma consciência qualitativa junto à comunidade local, de forma que a mesma valorize, compreenda, e, ao mesmo tempo participe da manutenção do local em que vive, preservando sua identidade de raiz, quer seja de caráter cultural, ambiental, ou social.

Entretanto, este veículo transmissor só será introduzido de forma bem sucedida, quando executado por um profissional qualificado, que elaborará um planejamento minucioso, reunindo informações quanto a potencialidade local, as necessidades da comunidade receptora, os benefícios e os prejuízos que podem vir a ser

ocasionados, e, os procedimentos necessários para a implantação regular da atividade mercadológica no local, e, a elaboração de medidas preventivas para a preservação local.

Baseando-se neste conceito, podemos classificar em fatores, os veículos necessários para que exista o turismo sustentável, sendo eles: a relação harmoniosa entre, o meio ambiente, o meio urbano, a comunidade local, a comunidade agregada (turistas), a formação profissional, e, ao processo de conscientização social, há esses veículos atribuiremos o nome de “fatores determinantes do turismo sustentável”.

Segundo a World Commission of Environment and Development, órgão vinculado a ONU, “Turismo Sustentável” é definido como: “aquele que atende as necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a capacidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”.

A contrapartida, outra definição aceita para o turismo sustentável, é a definida pelo Acordo de Mohonk (2000), que define o mesmo, como: “aquele que busca minimizar os impactos ambientais, sócio-culturais, ao mesmo tempo que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países)”.

Levando-se em consideração essas definições, e a real abrangência de ambas, não é possível dizer que o turismo sustentável, exista, ou ainda abranja em sua totalidade o que teoricamente prega, já que nem

mesmo, é possível dizer que exista sustentabilidade no mundo.

O que fielmente existe é o que podemos definir como “potencial sustentável”, ou ainda como “Sustentabilidade Desmembrada”, ou seja, em uma localidade há a presença eminente de todos os fatores determinantes, se não, existe a possibilidade de aglomerá-los de forma real, porém, os mesmos não interagem de forma harmoniosa entre si, ou ainda, não estão totalmente desenvolvidos para serem introduzidos a dinâmica de Turismo Sustentável.

Sendo assim, particularmente, podemos vir a definir “turismo sustentável”, como: “um conceito visionário para o desenvolvimento e a manutenção da atividade turística, visando à preservação patrimonial da identidade humana e dos recursos que tornam sua existência possível, de forma que os mesmos possam vir a ser aproveitados pelas gerações futuras”.

Após essa etapa inicial, percebeu-se que as atividades que ocorrem dentro do Parque não podem ser chamadas de atividades plenamente sustentáveis e que, se não houver outros estudos, essa área será deteriorada no cenário mais pessimista, não garantindo que pessoas possam compartilhar, no futuro, do mesmo ambiente que as pessoas compartilham hoje (ou de um ambiente menos deteriorado). Nesse sentido, sugere-se como estudos para outros iniciantes no mundo da pesquisa, que identifiquem áreas e programas que seriam

interessantes de aplicar ao Parque, garantindo uma união mais adequada entre a natureza, a população residente e os turistas, segmento que tende a crescer com a maior divulgação do turismo doméstico.

Portanto, chega-se a conclusão de que mesmo sendo introduzido como uma segmentação importante, necessária para o futuro da atividade turística, o turismo sustentável em si nada mais é do que uma ideia visionária que está se auto introduzindo no mercado, visando a preservação da história, do habitat, e do modo de vida humano, de forma a beneficiar ao máximo a localidade introduzida ao mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bechara, Erika. **Na lei do sistema nacional das unidades de conservação (SNUC)**, São Paulo: Atlas, 1ª edição.
- AVIGHI, Carlos Marcos. **Turismo, Globalização e Cultura**. IN: LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César (org.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 102-106.
- CARVALHO, Gerson. **A magia dos Lençóis Maranhenses: uma contribuição para o turismo sustentável**. 2004. <Monografia de Especialização para Professores e Pesquisadores de Turismo e Hospitalidade>. Universidade de Brasília (DF). Jan. 2004.
- CARVALHO, João Conrado de Amorim. **Desenvolvimento Sustentável e Turismo: o caso dos Lençóis Maranhenses**. 2005. <Dissertação de Mestrado Acadêmico em Administração de empresas>. Fundação Getúlio Vargas. 2005
- GAZONI, Jefferson Lorencini; MOTA, José Aroudo; BRASILEIRO, Iara Lúcia Gomes; CARVALHO, Alexandre X. Ywata de. **Valoração econômica do Parque Estadual de Itaúnas (ES)**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2011.
- IRVING, Marta de Azevedo; BURSZTYN, Ivan; SANCHO, Altair P.; MELO, Gustavo de M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol.05, nº 05, 2005. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/98/93>.
- RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e Planejamento Sustentável**. São Paulo: Papyrus, 2006.